

Título: Relatório de Consulta Pública

RECAPE - Central Solar Fotovoltaica de Ourique

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente  
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental  
Divisão de Cidadania Ambiental  
Rita Cardoso

Data: maio de 2024

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA.....	3
3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	3
4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	3
5. ANÁLISE CONSULTA PÚBLICA.....	4

## • INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública do “RECAPE Central Solar Fotovoltaica de Ourique”.

O proponente é a Incognitworld 5, Unipessoal LDA.

## • PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 15 dias úteis, de 17 de abril a 9 de maio de 2024.

## • DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- Câmaras Municipais de Ourique

Encontrando-se, também, disponível para consulta em [www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt) e em [WWW.PARTICIPA.PT](http://WWW.PARTICIPA.PT).

## • MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR-Alentejo e Câmara Municipal de Ourique;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a entidades.

## • ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **oito exposições** provenientes das seguintes entidades e particulares:

- ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável;
- Associação EcoMood Portugal;
- 6 cidadãos.

A **Zero** refere o seguinte:

- Dado o contributo negligenciável da central, em análise, para a socioeconomia da região onde se desenvolve, e os impactes em habitats e espécies com interesse de conservação, tais como a abetarda, o chasco-ruivo (confirmadas), o Milhafre-real, o tartaranhão-caçador, o tartaranhão-cinzento, peneireiro-das-torres, o sisão, o alcaravão e a cegonha-negra (prováveis), a ZERO considera que seria indispensável a ponderação de alternativas à configuração proposta do projeto, incluindo a central e não só a linha elétrica. Como noutros projetos desta dimensão, que ocupam várias centenas de hectares com linhas elétricas a estenderem-se por dezenas de quilómetros, a lógica de implementação não obedece a nenhuma lógica de desenvolvimento regional ou de ordenamento territorial.
- A ZERO considera que projetos desta natureza devem, obrigatoriamente, considerar alternativas que visem o aproveitamento de superfícies já existentes em áreas edificadas por forma a não concorrer com outros usos e funções dos solos, nomeadamente através de instalações em meio urbano e industrial.
- Reforça-se a necessidade da elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para um plano nacional de energias renováveis que tenha em conta o ordenamento do território e a preservação dos valores naturais, opondo-se ao atual modelo de leilões de potência instalada que colocam o ónus da escolha do terreno no proponente.
- No seguimento do referido na DIA, descreve-se “o fator Sistemas Ecológicos (...) como determinante para a avaliação deste projeto”, uma vez que a área de intervenção do projeto da central e da LMAT sobrepõe-se a território significativamente suscetível e com valores naturais muito importantes, em pelo menos oito áreas, nomeadamente a envolvente alargada (zona buffer de 10 km) de: a Reserva da Biosfera de Castro Verde, a Zona Especial de Conservação (ZPE) de Castro Verde (PTZPE0046), coincidente com a Área Importante para a Avifauna (IBA) de Castro Verde (PT029), localizada a cerca de 0,3 km a nordeste, a ZPE de Piçarras (PTZPE0058), localizada a cerca de 5,6 km a sudeste e a IBA de Luzianes (PT048), localizada a cerca de 9,5 km a sudoeste. Adiciona-se a sobreposição parcial ao corredor ecológico da Cintura de Ourique, associado ao Rio Sado, e uma área crítica e

uma área muito crítica para aves aquáticas, a uma área crítica para aves de rapina e a uma área crítica para outras espécies.

- Tendo em conta a natureza sensível das espécies de avifauna presentes, os efeitos cumulativos assinalados, especialmente nas proximidades da ZPE de Castro Verde e que “nos últimos anos se assistiu a uma redução dos efetivos das espécies protegidas dentro das ZPE”, a ZERO opõe-se à afirmação da APA quando considera que “existem possibilidades de os impactes negativos poderem ser reduzidos com a implementação de medidas de minimização.”, já que, analisados o estado de conservação severamente fragilizado das espécies afetadas e as medidas de mitigação propostas, está-se perante uma desproporcionalidade evidente das medidas para a gravidade dos impactes.
- Ao analisar as medidas de mitigação, considera-se que, das 95, apenas 7 se focam na minimização dos impactes no que foi considerado o fator determinante para a avaliação do projeto, os Sistemas Ecológicos. As medidas 26 e 91 (interdição de desmatagem no período de nidificação), a 19 e 58 (vedação que permita a passagem de fauna, sem arame farpado), a 90 (“manter as zonas húmidas e áreas de vegetação natural compatíveis com a instalação da central uma vez que servem de refúgio para a fauna”), a 92 (não utilizar herbicidas) e a 93 (adequar a iluminação exterior para manter as condições naturais).
- Considerando que, como diagnosticado pela APA e referido anteriormente, está-se perante um número elevado de zonas muito sensíveis e com valores naturais importantes, defende-se que estas medidas não são suficientes para compensar os impactes negativos de se aprovar o projeto, nomeadamente:
  - porque a presença de qualquer perturbação antropogénica irá limitar gravemente o acesso ao habitat ocupado, mesmo que não se desmate no período de nidificação;
  - as zonas de refúgio dentro das instalações devem-se manter compatíveis sem haver necessariamente uma definição desta compatibilidade;
  - a não utilização de herbicidas é de difícil monitorização e a utilização de pastoreio por gado ovino é facultativa e dificilmente será implementada;
  - não abordam a acumulação dos efeitos ambientais de múltiplos empreendimentos desta natureza nas redondezas.
- A ZERO discorda do preconizado na DIA através do plano de beneficiação/valorização de habitat estepário, pois acredita que a “a gestão, num estado de conservação favorável, de uma área, na envolvente da ZPE de Castro Verde, equivalente à área vedada, e por período idêntico ao da

respetiva exploração” como forma de compensar os impactes ambientais negativos nestes habitats é de alcance diminuto. Dever-se-ia, pelo menos, exigir a gestão de pelo menos o dobro da área vedada pelo projeto, uma vez que não se trata de recuperar e renaturalizar uma área degradada para compensar uma equivalente área urbanizada/artificializada, mas apenas manter uma área já em estado de conservação favorável para compensar uma artificialização.

Assim, face às questões acima levantadas, a ZERO reitera a sua posição desfavorável quanto à implementação do projeto da Central Solar Fotovoltaica de Ourique, juntamente com a respetiva LMAT, bem como salienta as incoerências do processo de AIA, nomeadamente a realização do RECAPE incidir somente na LMAT quando a central solar já se encontra aprovada e a desproporcionalidade dos impactes causados, identificados na DIA, face ao conjunto das medidas de mitigação propostas.

A **Associação Ecomood Portugal** manifesta-se contra o projeto pelos impactes causados na biodiversidade e, ainda, pelo abate de árvores.

**Um cidadão** refere o seguinte:

- Embora o relatório mencione medidas como a instalação de uma sinalética FBF para minimizar os impactos na avifauna, é fundamental que estas medidas sejam complementadas por um estudo mais aprofundado sobre a migração e os padrões de voo locais, com uma monitorização contínua, não apenas durante a fase de construção mas também ao longo da vida útil da instalação. Sugere-se que sejam realizados estudos específicos durante as diferentes estações do ano para garantir uma compreensão abrangente do potencial impacto sobre as diversas espécies.
- É reconfortante saber que o projeto procurará evitar impactes em sobreiros e azinheiras. No entanto, recomenda-se que sejam desenvolvidos esforços adicionais para não apenas evitar danos a estas espécies durante a construção, mas também para implementar um plano de plantação que compense qualquer perda inadvertida de vegetação nativa, indo além das exigências mínimas legais.
- Dado que a linha atravessa áreas isoladas, os impactes eletromagnéticos podem não ser imediatamente evidentes. No entanto, seria prudente realizar uma avaliação detalhada dos potenciais efeitos eletromagnéticos sobre a fauna local, nomeadamente nas espécies sensíveis, para garantir que as operações da linha não contribuam para desequilíbrios ecológicos.
- Embora o projeto pareça ter considerado cuidadosamente a localização dos apoios para evitar interferências com outras infraestruturas, recomenda-se que esta análise seja continuamente revista durante a fase de implementação para ajustar qualquer planeamento que possa levar a conflitos ou necessidades de realocação das infraestruturas existentes.

**Dois cidadãos** manifestam-se contra o projeto pelo seguinte:

- Impactes na paisagem;
- Impactes no montado;
- Impactes na biodiversidade;
- Impactes na população.

**Um cidadão** manifesta-se a favor do projeto em avaliação pelo desenvolvimento sustentável e, ainda, pela oferta de emprego.

**Uma cidadã** considera que o projeto tem o potencial de contribuir significativamente para a transição energética do país, promovendo a utilização de fontes de energia renováveis e limpas.

Refere que a implementação de um central solar fotovoltaica traz benefícios ambientais, sociais e económicos para a região, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a criação de empregos locais. No entanto, é crucial garantir que sejam realizados estudos detalhados e que sejam implementadas medidas de mitigação eficazes para minimizar os potenciais impactos ambientais e sociais associados à construção e operação da central.

Refere que é importante considerar a proteção da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos hídricos e a minimização dos ruídos e das alterações paisagísticas na área circundante.

Sugere que sejam estabelecidos mecanismos de monitorização contínua do projeto, com a participação ativa da comunidade local e das partes interessadas, de forma a assegurar a transparência e a prestação de contas.

Além disso, considera fundamental promover a consulta e o diálogo com a população afetada, de modo a garantir que as suas preocupações e necessidades sejam devidamente consideradas ao longo de todo o processo.

Face ao exposto, considera muito importante a colaboração entre todos os intervenientes envolvidos, de modo a assegurar que a Central Solar Fotovoltaica de Ourique seja implementada de forma responsável e sustentável, contribuindo para um futuro mais verde e resiliente.

**Um cidadão** ressalva e congratula pela preocupação na proteção e preservação de azinheiras e sobreiros.

No entanto, refere que não entende quais as possíveis compensações e/ou contrapartidas para a fauna existente que será afetada com a construção da central, não só pela fragmentação do seu habitat natural, concretamente pela criação das estruturas, bem como pela redução substancial de solos de pasto.

Considera que seria interessante o projeto contemplar a plantação de árvores autóctones.

## **RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA**

### **RECAPE - Central Solar Fotovoltaica de Ourique**

Rita Cardoso





## Dados da consulta

Nome resumido	RECAPE - Central Solar Fotovoltaica de Ourique
Nome completo	RECAPE - Central Solar Fotovoltaica de Ourique
Descrição	
Período de consulta	2024-04-17 - 2024-05-09
Data de início da avaliação	2024-05-10
Data de encerramento	
Estado	Aberta
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Conformidade Ambiental do Projecto de Execução
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	IncognitWorld 5 Unipessoal Lda.
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Rita Cardoso

## Eventos

### Documentos da consulta

---

RECAPE	Documento	<a href="https://siaia.apambiente.pt/RECAPE2.aspx?ID=552">https://siaia.apambiente.pt/RECAPE2.aspx?ID=552</a>
--------	-----------	---

---

Nº Participações	8
Nº Seguidores	12

### Estatísticas sobre a tipologia

---

Concordância	1
Discordância	4

---

---

Geral	1
Proposta concorrente	0
Reclamação	0
Sugestão	2

---

## Participações

---

### **ID 75138 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2024-05-06**

#### **Comentário:**

Exm@s. Senhor@s, Junto se anexa Parecer da ZERO relativo ao RECAPE da Central Solar Fotovoltaica de Ourique. Cumprimentos A Direção da ZERO

**Anexos:** 75138\_Parecer ZERO - RECAPE Solar Fotovoltaica de Ourique\_7337.pdf

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

### **ID 74986 João Fernandes em 2024-05-01**

#### **Comentário:**

À consideração da Comissão de Avaliação e demais interessados, No âmbito do RECAPE para o projeto da Linha de Muito Alta Tensão de 150 kV associada à Central Solar Fotovoltaica de Ourique, gostaria de destacar alguns pontos que considero fundamentais para garantir que este projeto não só cumpra com as exigências regulamentares mas também promova uma integração ambiental exemplar. Impacto sobre a avifauna: Embora o relatório mencione medidas como a instalação de uma sinalética FBF para minimizar os impactos na avifauna, é fundamental que estas medidas sejam complementadas por um estudo mais aprofundado sobre a migração e os padrões de voo locais, com uma monitorização contínua, não apenas durante a fase de construção mas também ao longo da vida útil da instalação. Sugere-se que sejam realizados estudos específicos durante as diferentes estações do ano para garantir uma compreensão abrangente do potencial impacto sobre as diversas espécies. Gestão da vegetação e proteção das espécies arbóreas autóctones: É reconfortante saber que o projeto procurará evitar impactos em sobreiros e azinheiras. No entanto, recomenda-se que sejam desenvolvidos esforços adicionais para não apenas evitar danos a estas espécies durante a construção mas também para implementar um plano de plantação que compense qualquer perda inadvertida de vegetação nativa, indo além das exigências mínimas legais. Monitorização e mitigação de impactos eletromagnéticos: Dado que a linha atravessa áreas isoladas, os impactos eletromagnéticos podem não ser imediatamente evidentes. No entanto, seria prudente realizar uma avaliação detalhada dos potenciais efeitos eletromagnéticos sobre a fauna local, nomeadamente nas espécies

---

---

sensíveis, para garantir que as operações da linha não contribuam para desequilíbrios ecológicos. Interferência com outras infraestruturas: Embora o projeto pareça ter considerado cuidadosamente a localização dos apoios para evitar interferências com outras infraestruturas, recomenda-se que esta análise seja continuamente revista durante a fase de implementação para ajustar qualquer planeamento que possa levar a conflitos ou necessidades de realocação das infraestruturas existentes. Agradeço a oportunidade de contribuir para este processo e espero que estas sugestões sejam consideradas para garantir que o projeto não só atenda às necessidades energéticas mas também proteja e respeite o nosso valioso ambiente natural. Atenciosamente, João Fernandes

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Geral

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

#### **ID 74713 José Manuel Andrade em 2024-04-29**

**Comentário:**

Boa tarde Após a leitura do vosso RNT, ressalvo e congratulo-vos pela preocupação na proteção e preservação de azinheiras e sobreiros. Contudo, não percebi quais as possíveis compensações e/ou contrapartidas para a fauna existente que, seguramente, será afetada com a construção da central, não só pela fragmentação do seu habitat natural, concretamente pela criação das estruturas, como também, redução substancial de solos de pasto. Penso que seria ainda interessante o projeto contemplar a plantação de árvores autóctones.

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Sugestão

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

#### **ID 74712 Lidia Serra em 2024-04-25**

**Comentário:**

Ourique já tem um mar de painéis solares a substituir a paisagem de montado. Temos de preservar os sobreiros que ainda existem e plantar mais. A desertificação no Alentejo é manmade. Não só os painéis solares destroem a diversidade e o meio ambiente também as torres gigantes que transportam a electricidade produzida são uma poluição não só visual mas também têm um impacto enorme aos que aqui vivem. Está mudança energética é um greenwash de proporções gigantescas. A electricidade solar não é uma alternativa verde se destrói o meio ambiente para ser produzida em massa! Já chega!

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

---

---

**Classificação:****Observações do técnico:**

---

**ID 74702 Sónia Cristina Pardal Quessou Leão Guerra em 2024-04-24****Comentário:**

Exmos. Senhores, Venho por este meio expressar a minha opinião devido à análise que efetuei ao Resumo não Técnico do EIA referente à Central Solar Fotovoltaica de Ourique na região de Beja, gostaria de contribuir com o seguinte comentário: É positivo observar que este projeto tem o potencial de contribuir significativamente para a transição energética do país, promovendo a utilização de fontes de energia renováveis e limpas. A implementação de uma central solar fotovoltaica traz benefícios ambientais, sociais e económicos para a região, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a criação de empregos locais. No entanto, é crucial garantir que sejam realizados estudos detalhados e que sejam implementadas medidas de mitigação eficazes para minimizar os potenciais impactos ambientais e sociais associados à construção e operação da central. É importante considerar a proteção da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos hídricos e a minimização dos ruídos e das alterações paisagísticas na área circundante. Sugiro que sejam estabelecidos mecanismos de monitorização contínua do projeto, com a participação ativa da comunidade local e das partes interessadas, de forma a assegurar a transparência e a prestação de contas. Além disso, é fundamental promover a consulta e o diálogo com a população afetada, de modo a garantir que as suas preocupações e necessidades sejam devidamente consideradas ao longo de todo o processo. Em resumo, encorajo fortemente a continuação e o aprofundamento do diálogo e da colaboração entre todos os intervenientes envolvidos, de modo a assegurar que a Central Solar Fotovoltaica de Ourique seja implementada de forma responsável e sustentável, contribuindo para um futuro mais verde e resiliente. Com os melhores cumprimentos, Sónia Guerra

**Anexos:** 74702\_Participação\_SóniaGuerra.pdf

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Sugestão

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

**ID 74665 Ernesto Martins em 2024-04-17****Comentário:**

É importante não desertificar o país que necessita do coberto vegetal para continuar a cumprir a sua valiosa missão de descarbonizar e manter harmónico, o ciclo da água do lugar, baixando a temperatura e purificando o ar. Os painéis fotovoltaicos devem cingir-se aos espaços áridos pedregosos e de construção. Para este efeito peçam ajuda aos Arquitetos e Engenheiros... A APA tem obrigação olhar para o território como uma unidade, ter em consideração dos efeitos das alterações climáticas e de colocar estas considerações na base das suas decisões. Ernesto Martins

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

---

---

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

**ID 74663 Associação EcoMood Portugal em 2024-04-17**

**Comentário:**

Mais uma mega plantação de painéis, de gigantesco impacto ambiental, tanto no abate de árvores e demais vegetação, como na biodiversidade. Mais uma mega negociata com uma unipessoal feita à pressa para o efeito. Mais uma aprovação incompreensível da que deveria ser a NOSSA Agência Portuguesa do Ambiente. Este não é o caminho. Isto é totalmente insustentável, tanto ambiental como socialmente. Estamos a antecipar o problema, ao abater as árvores que estão a aprisionar carbono AGORA, a troco de plantarmos outras que, algures num futuro distante, farão esse aprisionamento. Temos de priorizar soluções de menores dimensão e impacto, para consumo de proximidade, não para injectar na rede e transportar em alta tensão para a outra ponta do país. Soluções regionais, municipais e comunitárias. Começando pela utilização do edificado já existente e não pela devastação da Natureza e da paisagem. A (re)pensar. A (re)fazer. A corrigir imediatamente. Portanto, a recusar. EcoLogicamente!

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Discordância

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

**ID 74662 Renato Augusto Reis em 2024-04-17**

**Comentário:**

Excelente projeto, desenvolvimento sustentável, mais emprego e renda.

**Anexos:** Não

**Estado:** Tratada

**Tipologia:** Concordância

**Classificação:**

**Observações do técnico:**

---

# zero.

parecer

## Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha de Muito Alta Tensão (LMAT) da Central Solar Fotovoltaica de Ourique

A ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Sistema de Informação sobre Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), vem por este meio apresentar o seu parecer relativo ao RECAPE da LMAT da Central Solar Fotovoltaica de Ourique.

### Notas Introdutórias

A ZERO já se pronunciou desfavoravelmente acerca do projeto de execução da Central Solar Fotovoltaica que recebeu Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada a 13 de março de 2023 por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). A central solar foi aprovada e a LMAT, em estudo prévio, requer a apresentação deste relatório de conformidade, atualmente em consulta pública.

Dado o contributo negligenciável desta central para a socioeconomia da região onde se desenvolve, e os impactes em habitats e espécies com interesse de conservação, tais como a abetarda, o chasco-ruivo (confirmadas), o Milhafre-real, o tartaranhão-caçador, o tartaranhão-cinzento, peneireiro-das-torres, o sisão, o alcaravão e a cegonha-negra (prováveis), a ZERO considera que seria indispensável a ponderação de alternativas à configuração proposta do projeto, incluindo a central e não só a linha elétrica.

Como noutros projectos desta dimensão, que ocupam várias centenas de hectares – dimensões por vezes francamente superiores às localidades vizinhas – com linhas elétricas a estenderem-se por dezenas de quilómetros, a lógica de implementação não obedece a nenhuma lógica de desenvolvimento regional ou de ordenamento territorial.

A ZERO considera que projetos desta natureza devem, obrigatoriamente, considerar alternativas que visem o aproveitamento de superfícies já existentes em áreas edificadas por forma a não concorrer com outros usos e funções dos solos, nomeadamente através de instalações em meio urbano e industrial. Reforçamos, portanto, a necessidade da elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para um plano nacional de energias renováveis que tenha em conta o ordenamento do território e a preservação dos valores naturais, opondo-se ao atual modelo de leilões de potência instalada que colocam o ónus da escolha do terreno no proponente.

Tendo em conta o que foi mencionado e os documentos disponibilizados na plataforma SIAIA, iremos tecer alguns comentários relativos ao RECAPE do projeto da LMAT da Central Solar Fotovoltaica de Ourique quanto às dimensões que consideramos mais pertinentes:

### Ponto 1 - Relatório de conformidade de uma LMAT de uma central fotovoltaica já aprovada

Uma vez que foi realizado em fase de estudo prévio, o projeto da LMAT associada à central solar, por sua vez já aprovada, teve de se submeter a fase de RECAPE para demonstrar a conformidade ambiental. Desta forma, encontramos-nos perante uma situação em que se realiza uma análise à conformidade ambiental de uma linha elétrica que conecta uma central fotovoltaica já aprovada.

Assim, consideramos necessário um questionamento sério sobre se está a ser promovido um ordenamento equilibrado do território na forma como se estão a aprovar projetos de produção elétrica renovável e respectivas linhas elétricas e na forma como se estão a utilizar recursos (tanto da parte dos proponentes, da sociedade civil como da parte das entidades licenciadoras e autoridades de AIA), uma vez que este projeto e a respetiva consulta pública só podem ser considerados um *pro forma*, com objetivos apenas administrativos, visto estarmos em



presença de alternativas com mudanças mínimas em matéria de impactes ambientais quando comparadas com o impacto total da implementação do projeto em si.

### **Ponto 2 - A DIA não apresenta coerência nas medidas de mitigação**

No seguimento do referido na DIA, descreve-se “o fator Sistemas Ecológicos (...) como determinante para a avaliação deste projeto” [DIA p.9], uma vez que a área de intervenção do projeto da central e da LMAT sobrepõe-se a território significativamente suscetível e com valores naturais muito importantes, em pelo menos oito áreas, nomeadamente a envolvente alargada (zona *buffer* de 10 km) de: (1) a Reserva da Biosfera de Castro Verde, (2) a Zona Especial de Conservação (ZPE) de Castro Verde (PTZPE0046), coincidente com a Área Importante para a Avifauna (IBA) de Castro Verde (PT029), localizada a cerca de 0,3 km a nordeste, (3) a ZPE de Piçarras (PTZPE0058), localizada a cerca de 5,6 km a sudeste e (4) a IBA de Luzianes (PT048), localizada a cerca de 9,5 km a sudoeste. Adiciona-se a sobreposição parcial a (5) ao corredor ecológico da Cintura de Ourique, associado ao Rio Sado, e (6) uma área crítica e uma área muito crítica para aves aquáticas, a (7) uma área crítica para aves de rapina e a (8) uma área crítica para outras espécies.

Tendo em conta a natureza sensível das espécies de avifauna presentes, os efeitos cumulativos assinalados, especialmente nas proximidades da ZPE de Castro Verde e que “nos últimos anos se assistiu a uma redução dos efetivos das espécies protegidas dentro das ZPE”, a ZERO opõe-se à afirmação da APA quando considera que “existem possibilidades de os impactes negativos poderem ser reduzidos com a implementação de medidas de minimização.” [DIA p.10], já que, analisados o estado de conservação severamente fragilizado das espécies afetadas e as medidas de mitigação propostas, estamos perante uma desproporcionalidade evidente das medidas para a gravidade dos impactes.

Ao analisar as medidas de mitigação, consideramos que, das 95, apenas 7 se focam na minimização dos impactes no que foi considerado o fator determinante para a avaliação deste projeto, os Sistemas Ecológicos. Referimo-nos às medidas 26 e 91 (interdição de desmatção no período de nidificação), à 19 e 58 (vedação que permita a passagem de fauna, sem arame farpado), 90 (“manter as zonas húmidas e áreas de vegetação natural compatíveis com a instalação da central uma vez que servem de refúgio para a fauna”), 92 (não utilizar herbicidas) e 93 (adequar a iluminação exterior para manter as condições naturais).

Considerando que, como diagnosticado pela APA e referido anteriormente, estamos perante um número elevado de zonas muito sensíveis e com valores naturais importantes, defendemos que estas medidas não são suficientes para compensar os impactes negativos de se aprovar o projeto, nomeadamente porque (1) a presença de qualquer perturbação antropogénica irá limitar gravemente o acesso ao habitat ocupado, mesmo que não se desmate no período de nidificação, (2) as zonas de refúgio dentro das instalações devem-se manter compatíveis sem haver necessariamente uma definição desta compatibilidade, pelo que acreditamos que será realizada uma manutenção reduzida, (3) a não utilização de herbicidas é de difícil monitorização e a utilização de pastoreio por gado ovino é facultativa e dificilmente será implementada e (4) não abordam a acumulação dos efeitos ambientais de múltiplos empreendimentos desta natureza nas redondezas.

### **Ponto 3 - Plano de beneficiação/valorização de habitat estepário fraco**

A ZERO discorda do preconizado na DIA através do plano de beneficiação/valorização de habitat estepário, pois acredita que a “a gestão, num estado de conservação favorável, de uma área, na envolvente da ZPE de Castro Verde, equivalente à área vedada, e por período idêntico ao da respetiva exploração” como forma de compensar os impactes ambientais negativos nestes habitats é de alcance diminuto. Dever-se-ia, pelo menos, exigir a gestão de pelo menos o dobro da área vedada pelo projeto, uma vez que não se trata de recuperar e renaturalizar uma área degradada para compensar uma equivalente área urbanizada/artificializada, mas apenas manter uma área já em estado de conservação favorável para compensar uma artificialização.



### Conclusões e sentido do parecer

Face às questões acima levantadas, a ZERO não só gostaria de reiterar a sua **posição desfavorável** quanto à implementação do projeto da Central Solar Fotovoltaica de Ourique, juntamente com a respetiva LMAT, como também salientar as incoerências do processo de AIA, nomeadamente a realização deste RECAPE incidir somente na LMAT quando a central solar já se encontra aprovada e a desproporcionalidade dos impactes causados, identificado na DIA, face ao conjunto das medidas de mitigação propostas.

6 de maio de 2024

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável



Exmos. Senhores,

Venho por este meio expressar a minha opinião devido à análise que efetuei ao Resumo não Técnico do EIA referente à Central Solar Fotovoltaica de Ourique na região de Beja, gostaria de contribuir com o seguinte comentário:

É positivo observar que este projeto tem o potencial de contribuir significativamente para a transição energética do país, promovendo a utilização de fontes de energia renováveis e limpas. A implementação de uma central solar fotovoltaica traz benefícios ambientais, sociais e económicos para a região, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a criação de empregos locais.

No entanto, é crucial garantir que sejam realizados estudos detalhados e que sejam implementadas medidas de mitigação eficazes para minimizar os potenciais impactos ambientais e sociais associados à construção e operação da central. É importante considerar a proteção da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos hídricos e a minimização dos ruídos e das alterações paisagísticas na área circundante.

Sugiro que sejam estabelecidos mecanismos de monitorização contínua do projeto, com a participação ativa da comunidade local e das partes interessadas, de forma a assegurar a transparência e a prestação de contas. Além disso, é fundamental promover a consulta e o diálogo com a população afetada, de modo a garantir que as suas preocupações e necessidades sejam devidamente consideradas ao longo de todo o processo.

Em resumo, encorajo fortemente a continuação e o aprofundamento do diálogo e da colaboração entre todos os intervenientes envolvidos, de modo a assegurar que a Central Solar Fotovoltaica de Ourique seja implementada de forma responsável e sustentável, contribuindo para um futuro mais verde e resiliente.

Com os melhores cumprimentos,

Sónia Guerra